# A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DO PIBIC ENSINO MÉDIO: com enfoque nas leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008

**Adriany de Ávila Melo Sampaio**
LAGEPOP-IG-UFU
E-mail: adrianyavila@gmail.com

**Antônio Carlos Freire Sampaio**
LAGEPOP-IG-UFU
E-mail: acfsampa@uol.com.br

**Rosana de Ávila Melo Silveira**
IFTM-Uberlândia
E-mail: rosanasilveira@iftm.edu.br

**Resumo**:
A exigência da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena trouxe para todos os cursos de formação de professores a responsabilidade por formar profissionais capazes de contribuir nesta temática. Assim, este texto apresenta parte do Projeto desenvolvido no Programa de Iniciação Científica PIBIC-EM-CNPQ/UFU "História e Cultura Afrobrasileira e Africana nas Aulas de Geografia do Ensino Médio: contribuições para a Educação das Relações Étnico-raciais" financiado pelo Edital Nº 06/2021. Neste Projeto o/a Estudante do Ensino Médio BIC-Júnior teve a oportunidade de uma formação em pesquisa, uma vez que o Objetivo Geral era a análise das possibilidades de inclusão da História e Cultura Afrobrasileira e Africana nos conteúdos de Geografia do Ensino Médio. Como espaço também de formação docente, o projeto contou com a participação de professores/as de Geografia como pesquisadores/as, o que muito contribuiu para as discussões e análises realizadas durante as atividades. Como metodologia, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, com entrevista semi-estruturada, e reflexões em conjunto nas reuniões do grupo da pesquisa. Como Resultados, pode-se afirmar que houve um grande salto nas discussões dos envolvidos no projeto sobre as questões étnico-raciais que perpassam a escola e a educação como um todo, especialmente para a identificação de situações de racismo presente nos livros didáticos e outros materiais utilizados no espaço escolar. E em relação aos professores de Geografia, houve a possibilidade de apresentarem suas propostas de aulas e atividades antirracistas, o que permitiu troca de saberes em todos os encontros da equipe pesquisadora.

**Palavras-chave**: livro didático; pesquisador; educação básica.

## Introdução

Uma das questões atuais da formação para a cidadania é a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", colocada pela Lei 11.645, de 10 março de 2008, que alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro

de 2003, que estabeleceu as diretrizes e bases da Educação Nacional e a incluiu no currículo oficial da rede de ensino.

Antes mesmo das Leis Federais 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1997) traziam em seus Temas Transversais a Pluralidade Multicultural que reconhecia e valorizava a diversidade existente em nossa sociedade e buscava a superação das discriminações para que o Brasil fosse realmente um país democrático. De acordo com os PCN o tema pluralidade cultural tem como objetivo: "capacitar o aluno a compreender, respeitar e valorizar a diversidade sociocultural e a convivência solidária em uma sociedade democrática". (BRASIL, 1997, p. 47).

Contudo, as Leis Federais 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 trouxeram um peso muito maior para a discussão da questão, pois enfatizou o debate contra o Racismo.

Os meios de comunicação apresentam grande número de informações, contudo de forma fragmentada e facilmente esquecível, e que a criança, o jovem e até mesmo o adulto, sozinhos nem sempre conseguem transformar essas informações em conhecimentos, sendo fundamental que o professor se aproprie dos dados relativos à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros fazendo deles temas que permitam um melhor entendimento do Brasil e de todos os brasileiros, porque se trata de uma nação multicultural. Não é possível mais que esta questão fique omitida na Educação como um todo, é preciso fazer uma Geografia que valorize a pessoa humana e não aceite nenhum tipo de desqualificação pela raça ou etnia.

O objetivo geral da Educação é a formação do cidadão; uma pessoa com direitos e deveres, e principalmente comprometida com as questões de sua época social. Por sua vez, o objetivo da Geografia como disciplina escolar é formar o cidadão capaz de compreender as relações entre a sociedade e a natureza, e como esta sociedade se organiza, como constrói, destrói e reconstrói o espaço que ocupa.

Sobre formar o cidadão se faz necessário resgatar o que seja cidadania, e o que são direitos e deveres. Conceitos que foram mudados ao longo da história humana, e que mostram num crescente como o ser humano foi sendo mais valorizado, mas respeitado. Hoje a sociedade não aceita mais a escravidão, a tortura, os maus tratos ou o abandono. Já houve grande avanço sobre isso. No entanto, ser respeitado como ser humano que precisa ter abrigo, alimentação,

segurança, ainda está distante do conceito pleno da cidadania, pois ainda não existe essa garantia para todos.

Ser cidadão implica ter direitos e cuidar dos direitos de todos. Implica ter deveres e não privilégios. Ser cidadão é também reconhecer que a sociedade é formada por diferentes pessoas, com culturas e identidades também diferentes. E essa formação cidadã precisa ser ensinada no dia a dia das famílias, nas escolas, e em todas as instituições sociais, sejam elas públicas ou privadas.

O professor, que irá contribuir para a formação deste cidadão, se forma em Cursos de Graduação, especialmente nas licenciaturas, áreas do conhecimento que permitem a formação inicial dos docentes.

O Curso de Graduação, considerado como curso de Formação Inicial, é o principal momento de construção do conhecimento básico da área de estudo do futuro profissional. Ele será sempre a maior referência, por isso quanto antes o estudante de licenciatura, futuro professor, começar a analisar conteúdos pertinentes à sua área de atuação, a Escola, melhor será sua prática.

Para além da formação inicial é necessário que o professor continue estudando, e assim faça da formação continuada uma prática corriqueira de sua profissão. Pois, muitas das questões enfrentadas no chão da sala de aula não conseguem ser abordados pela graduação, em parte pelo tempo destinado aos cursos de licenciatura, cada vez mais aligeirados, e também pela questão da demanda que o professor atuante na educação básica passa a se interessar.

A exigência da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” trouxe para todos os cursos de formação de professores (seja inicial ou continuada) a responsabilidade por formar profissionais capazes de contribuir nesta temática, pois segundo a Lei 11645/08: "os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar" (BRASIL, 2008, p.01).

Para que a Geografia possa de fato contribuir para superar os preconceitos historicamente impregnados no currículo formal, este texto acredita que, entre outras questões, é preciso começar a formação do pesquisador o quanto antes, por isso a importância do projeto ser desenvolvido por estudantes do Ensino Médio, e especialmente incentivado por uma Bolsa

de Iniciação Científica - BIC Júnior, e para tanto, também se faz necessário que os professores em formação, e também os que já estão atuando, possam contribuir, seja nas discussões em grupo, seja no compartilhamento de experiências vividas nas profissão docente.

No projeto "História e Cultura Afrobrasileira e Africana nas Aulas de Geografia do Ensino Médio: contribuições para a Educação das Relações Étnico-raciais", financiado pelo Edital PIBIC-EM-CNPQ/UFU Nº 06/2021, objetivou-se iniciar a formação para a pesquisa com o Estudante do Ensino Médio, tendo como apoio o trabalho em conjunto entre professores já formados e atuantes em sala de aula, assim como os estudantes de licenciatura, futuros professores.

Como Metodologia, foram utilizadas a Pesquisa Bibliográfica para levantamento de referências que contemplassem a temática do Ensino de Geografia que valorizassem as relações étnico-raciais e que fossem de combate ao Racismo. Desta forma foram lidos e discutidos, nos grupos de estudo ao longo do projeto, artigos, imagens e vídeos documentários sobre a temática do antirracismo.

## A disciplina Geografia no Ensino Médio da Educação Básica

Uma das funções da Geografia é refletir sobre como a sociedade se organiza, como ela ocupa o espaço em diferentes momentos históricos, e a questão dos povos africanos, afrodescendentes e indígenas faz parte do Espaço que a Geografia se propõe estudar.

> A geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no espaço geográfico. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais, as potencialidades da natureza e a heterogeneidade da população. Essa é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar os lugares e suas dinâmicas mais compreensíveis, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para as incongruências e incompatibilidades espaciais. (ANJOS, 2005, 167-168)

Uma das tarefas do futuro profissional da licenciatura é escolher o Livro Didático mais adequado para sua escola. Esta escolha é realizada a cada quatro anos, e os livros serão usados pelos alunos durante alguns anos. O professor precisa ter em mente que o objetivo principal é o aprendizado. Especificamente, no caso da Geografia, o professor precisa estar atento às

representações gráficas e cartográficas, e como elas interagem com os textos, de forma que proporcione uma ampliação dos conhecimentos espaciais, tanto do cotidiano dos estudantes como de lugares distantes, sobretudo na atualidade com o processo de globalização em curso. O livro didático de Geografia não pode apresentar-se como um conjunto sem correlações, é preciso que os autores de livros didáticos descubram formas atraentes de tratar de assuntos relativos ao cotidiano dos alunos do ponto de vista espacial, sempre os relacionando com outras realidades. E relacionando com a Lei 11.645/2008 espera-se que as imagens, os mapas, e o texto sejam também coerentes, e sem racismo explícito ou implícito.

Devido à grande extensão territorial do Brasil, as realidades e culturas são muito diferentes dificultando o professor utilizar o livro didático como instrumento auxiliar de sua reflexão geográfica com seus alunos, entretanto o professor precisa saber relacionar os conteúdos e as imagens do livro com as diferentes linguagens disponíveis e o cotidiano dos alunos, estabelecendo assim o diálogo e o confronto de ideias diferenciadas, fugindo da verdade absoluta, uma vez que nem a proposta de um livro, nem as ideias do professor, são infalíveis ou inquestionáveis.

Como o grande comprador de livros didáticos no país é o governo federal, as editoras têm procurado atender as avaliações feitas pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Essa avaliação utiliza-se de critérios estabelecidos em Edital específico, e que se não forem contemplados pelo autor, excluem a obra da lista de compra do MEC. Entre os motivos de exclusão de obra inscrita no PNLD, diz respeito aos livros que apresentem preconceito ou induzam ao preconceito.

Os Editais do PNLD de 2013, 2014, 2015, 2018, 2019, 2020 e 2021 (livros para os Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais, e Ensino Médio), trouxeram ênfase a questão da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, como preconizam as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08. Assim, é de se esperar que as obras inscritas nestes editais apresentem, minimamente, as questões etnicorraciais. Mas o mínimo exigido por lei ainda é pouco, porque o professor terá que ir, além disso, se realmente for trabalhar as questões étnico-raciais.

Segundo o Guia do PNLD, de Geografia de 2007, já era previsto a preocupação com a não transmissão ou insinuação de preconceitos. O mesmo ocorreu com os Guias posteriores como no Guia PNLD de 2009 (BRASIL, 2009).

No Edital PNLD 2021 foi obrigatório que obra didática promovesse "positivamente a imagem de afrodescendentes e indígenas, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, ao longo da obra, com o intuito explícito de valorizar sua visibilidade e protagonismo social". (BRASIL, 2019, p. 52).

Mas, apesar das regras do PNLD ainda são poucos os Livros Didáticos que apresentam a cultura afro-brasileira e os povos indígenas como objeto de estudo em mais de um capítulo, e que recebem abordagens respeitosas, que valorizam suas organizações e saberes. Assim como a participação desses povos nos processos históricos que levaram à formação do espaço geográfico brasileiro. Também é raro mostrar a participação dos povos afrodescendentes e indígenas brasileiros em lutas e mobilização políticas pelos seus direitos, ou a atuação desses grupos em diferentes trabalhos e profissões valorizadas socialmente, o que prejudica a compreensão de como os grupos étnico-culturais colaboraram com a construção sociocultural e econômica do Brasil.

A proposta dos Livros didáticos ainda não é realmente antirracista. E às vezes trata do assunto como se ele não existisse, o que também é uma forma de racismo.

> Negros e negras, no Brasil, desde que para essa terra foram trazidas à força as primeiras pessoas africanas para serem escravizadas, lutam pela vida, pela sua humanidade, por liberdade e, a partir da abolição do escravismo, pelos seus direitos de cidadania, através da defesa de políticas de inclusão racial. A exclusão de negros e negras no processo educacional é histórica. Foi muito longo o período de denúncias do movimento negro e de pesquisadores envolvidos com a temática em busca de uma educação não racista, que ainda não está consolidada. (NASCIMENTO, 2013, p.24)

A participação do negro e do indígena na formação do espaço geográfico brasileiro são abordadas raramente e em poucos capítulos do Livro Didático. A imagem do afrodescendente é pouco utilizada tanto em espaços profissionais como em espaços de poder, e assim como os indígenas, muitos livros atuais repassam imagens estereotipadas.

A nação brasileira é formada basicamente por três grandes grupos étnico-raciais: o branco, o indígena e o negro, sendo que cada um tem uma história de origem diferenciada e apesar da miscigenação ainda há muito preconceito, principalmente em relação ao negro e ao indígena. Esse preconceito, em muitos casos, é apresentado de forma sutil, podendo muitas vezes passar despercebido a ponto de surgirem afirmações de que no Brasil não há preconceito.

Diferentemente dos indígenas que já habitavam o Brasil e dos brancos europeus que migraram para cá, os negros vieram para o Brasil de uma forma trágica, basta lembrar um pouco da história do Brasil, do tráfico humano de homens e mulheres da África, que foram perseguidos, presos e escravizados. Foram sequestrados de suas famílias na África, e transportados por navios em condições desumanas, sendo obrigados a trabalhar sob as mais terríveis circunstâncias, com cruéis castigos, e até punições de morte.

Com o "fim da escravidão" em 1888 a situação do povo negro apenas mudou de paradigma, pois se antes era refém dos castigos e maus tratos, naquele momento passou a enfrentar a fome, o desemprego, a falta de abrigo e moradia, enfim, a miséria. Essa situação de precariedade fez do povo negro um grupo marginalizado na sociedade brasileira, fazendo com que fosse construída uma imagem totalmente negativa e consequentemente muito preconceituosa.

> [As instituições] têm realizado progressos significativos na promoção da educação das relações étnico-raciais, porém, sinalizam necessidade de formação continuada de seus profissionais para que estes possam se qualificar ainda mais para a realização de ações pedagógicas. (LIMA; REGO, 2017, p. 189-190)

Considerando a questão indígena, há também muita omissão e desvalorização por parte dos Livros Didáticos, pois em sua maioria, os indígenas são retratados por meio de algumas poucas imagens, e quase nada de sua atualidade, muito menos de sua presença como cidadão brasileiro. O povo indígena não é representado como força de trabalho que também foi escravizada. Há muitos vazios na Geografia e na História do Brasil. São anos de estereótipos veiculados, o que desinforma mais do que informa, e que mantém a opressão do tempo do período colonial.

**Resultados**

O Projeto "História e Cultura Afrobrasileira e Africana nas Aulas de Geografia do Ensino Médio: contribuições para a Educação das Relações Étnico-raciais" se desenvolveu entre julho de 2021 e julho de 2022 no Laboratório de Geografia e Educação Popular - LAGEPOP, no Instituto de Geografia - IG da Universidade Federal de Uberlândia- UFU.

Como Resultados, pode-se afirmar que houve um grande salto nas discussões dos envolvidos no projeto sobre as questões étnico-raciais que perpassam a escola e a educação como um todo, especialmente para a identificação de situações de racismo presente nos livros didáticos e outros materiais utilizados no espaço escolar. No início das conversas as participações eram de dúvida se havia ou não racismo, o que foi aos poucos sendo trocado por afirmações contundentes sobre os diversos tipos de racismo do cotidiano.

Entre as atividades, foram realizados Grupos de Estudo das Relações Étnico-raciais com encontros semanais para debater textos e vídeos relacionados às leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Também houve a participação em atividades como o Curso de Extensão: "Ensino de Geografia e Relações Étnico Raciais: Lugar de Negro", com palestras sobre: Lugar de Negro, Lélia Gonzalez, Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus, Projeto Nacional Professores/as Antirracistas, Protestantismo, Pentecostalismo e o Antirracismo, Como promover uma Geografia Antirracista, Racismo contra os Povos Indígenas, Plano Diretor de Uberlândia e a Obrigatoriedade do Ensino da História e da Cultura Negra, NEABI Pontal, COMSAÚDE: Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação, O uso do Funk Como Ferramenta Didática no ensino de Geografia, A África na Geografia de Rafael dos Anjos, Antirracismo na Escola, Religiões de Matriz Africana, Vozes e Escritas Africanas no Ensino de Geografia, Ensino de Geografia da África: Caminhos e Possibilidades da Luta Antirracista, Geografias em Perspectivas Negras, Quilombolas e o Movimento Antirracista, entre outros.

E em relação aos professores de Geografia, houve a possibilidade de apresentarem suas propostas de aulas e atividades antirracistas, o que permitiu troca de saberes em todos os encontros da equipe do projeto. Os estudantes da licenciatura também puderam contribuir com a apresentação de referências e a coordenação do debate o grupo de estudo.

A pesquisa de campo permitiu ao grupo visitar a escola do Estudante PIBIC Ensino Médio e conhecer um pouco daquela realidade. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com professores de Geografia também com a direção escolar, o que será apresentado em trabalho posterior.

O estudante BIC-JÚNIOR teve a possiblidade de analisar como o racismo estava presente no livro didático de Geografia do Ensino Médio em sua escola de origem, assim como também de dialogar com os professores e a direção escolar. Os professores por sua vez, puderam rever suas práticas e trazer contribuições a partir do cotidiano escolar.

**Considerações Finais**

Pode-se afirmar que o preconceito no Brasil está sendo extinto? Talvez, por força da de lei, entretanto, há ainda um longo percurso até que a realidade nacional seja de valorização de todos, sem exceção.

A compreensão de todas as etnias que formam a sociedade brasileira, do ponto de vista da construção cultural e dos saberes, ainda é veiculada de forma superficial, e fragmentada, sendo bastante pontual a discussão sobre como vivem os indígenas atualmente. Os Livros Didáticos, em geral, não se preocupam em apresentar os seus saberes, limitando-se a algumas contribuições particulares. As imagens das etnias indígenas brasileiras aparecem de forma superficial e tipificada, quase sempre e somente na parte em que se comenta a diversidade cultural brasileira e dos afro-brasileiros. Não é ressaltada a participação destes grupos sociais em diferentes profissões e espaços de poder.

A escola, por meio dos professores, e, especificamente, a disciplina de Geografia, tem as condições necessárias para discutir a questão étnico-racial. No entanto, é preciso estar atentos ao descaso e à marginalização, pois mesmo com as leis, o preconceito pode estar nas entrelinhas, justamente pela omissão, contribuindo de forma acentuada para a formação de cidadãos incompletos.

Cabe à universidade, formadora inicial e continuada dos docentes, fomentar diferentes espaços de discussão e atualização das temáticas escolares, e em especial, fazer o enfrentamento da questão do Racismo que está estruturado em todas as instâncias da sociedade. Torna-se

necessário não somente rechaçar a discriminação e a desumanização, mas ser antes de tudo antirracista em todas as situações.

**Referências**

ANJOS; Rafael Sanzio Araújo dos. A África, a Educação Brasileira e a Geografia. In: Sales; Augusto dos Santos (Org.) **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005.p. 167-184.

BRASIL. **Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003.** Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial Mec/mj/seppir. No 605 de 20 de Maio de 2008. 58p.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 março de 2004.

BRASIL. **Guia do Livro Didático - PNLD 2010 Geografia**: Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10/01/2003. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. D.O.U. 11/03/2008. Brasília, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais***:* Pluralidade Cultural, Orientação Sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

BRASIL. **PNLD 2021.** Edital de Convocação Nº 03/2019 – CGPLI. Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. PNLD 2021. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2019. 127p.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORREA, Gabriel Siqueira. A questão étnico-racial na Geografia Brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Anais...**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 7 a 11 de mayo de 2012. 16p.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; REGO, Thabyta Lopes. Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

NASCIMENTO, Alexandre do. Educação das relações étnico-raciais: elementos teóricos e metodológicos de uma prática de formação docente**. Revista Magistro**. Vol. 8 Num.2. p.19-27. 2013.

OLIVEIRA, Mária Gomes de; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. *Educação Étnico-Racial e* **Formação Inicial de Professores**: a recepção da Lei 10.639/03. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 183-196, jan./mar. 2017.14p.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação.** Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.